



A DERROTA DA "AD" É A VITÓRIA DA DEMOCRACIA nas eleições presidenciais

DECLARAÇÃO DO COMITÉ CENTRAL DO PCP

No dia 11 de Dezembro, realizou-se uma reunião plenária do Comité Central do Partido Comunista Português.

O Comité Central examinou os resultados das eleições presidenciais – a esmagadora derrota da «AD» e a vitória da democracia –, o seu significado e as suas consequências na vida política nacional.

Foram considerados problemas relativos à situação existente na Assembleia da República, ao novo governo e à sua política, à revisão constitucional e às perspectivas e tarefas do movimento operário e popular, das forças democráticas e do Partido.

O Comité Central marcou uma nova reunião plenária, a realizar-se no mês de Janeiro próximo.

1 DERROTA DA «AD», DO SEU PLANO E DO SEU GOVERNO

Com vista à restauração do poder económico e político dos monopólios (associados ao imperialismo) e dos latifundiários, à liquidação do regime democrático e à instauração duma nova ditadura, a «AD» e outras forças reacçãoárias jogaram tudo por tudo nas eleições presidenciais.

Objectivos da reacção

No seguimento dos resultados das eleições para a Assembleia da República, tendo como certa a vitória do seu candidato Soares Carneiro, as forças reacçãoárias, foram ao extremo do cinismo na revelação do seu programa e do seu plano.

Liquidação das nacionalizações, liquidação da Reforma Agrária, limitação das liberdades através da sua «regulamentação», concentração de todo o poder político nas suas mãos, conquista completa do aparelho do Estado, lei eleitoral de modelo salazarista, uma política de violação sistemática da legalidade democrática, medidas repressivas contra o movimento operário e as forças democráticas, enfeudamento ao imperialismo norte-americano e à NATO, revisão inconstitucional da Constituição através do referendo e do desrespeito dos limites materiais e formais da revisão – foram apresentadas abertamente pela «AD» como objectivos a atingir no imediato e constituíram as questões fulcrais do debate político na batalha eleitoral.

Profundo golpe no plano subversivo

A conquista da Presidência da República constituiu um objectivo-chave deste plano.

Com uma maioria na Assembleia da República, com o Governo, com o Presidente da República, a «AD» e outras forças reacçãoárias teriam os instrumentos do poder para tentarem vencer a resistência popular e democrática e atingirem os seus objectivos a curto prazo.

A derrota da «AD» nas eleições presidenciais representa um profundo golpe (que se pode tornar um golpe mortal) no plano da liquidação do regime democrático e de instauração duma nova ditadura.

A «AD» perde apoio eleitoral

Os resultados das eleições presidenciais demonstraram que a «AD» perdeu grande parte do apoio eleitoral que (embora por meios antidemocráticos) tinha obtido nas eleições de 5 de Outubro para a Assembleia da República.

É inteiramente legítimo admitir que sem a monstruosa manipulação da comunicação social, sem a escandalosa utilização do funeral de Sá Carneiro, sem a ampla conjugação de irregularidades, de violações das regras democráticas e de manobras de coacção psicológica sobre o eleitorado, a derrota do candidato da reacção teria tido certamente uma expressão ainda mais esmagadora.

Com a ambição da conquista total do poder, os partidos reacçãoários identificaram completamente a candidatura de Soares Carneiro com a «AD» e utilizaram todos os processos de pressão, de intimidação e de chantagem sobre o eleitorado que tinha votado «AD» em 5 de Outubro para votar Soares Carneiro em 7 de Dezembro.

A esmagadora derrota de Soares Carneiro, em condições de abuso do poder e de manipulação eleitoralista semelhantes às existentes em 5 de Outubro e o facto de que o candidato da «AD» obteve menos 474 181 votos do que a «AD» em 5 de Outubro mostram ineludivelmente que a «AD» foi abandonada por parte significativa do eleitorado.

Majoria «AD» na Assembleia da República posta em causa

As eleições puseram em evidência que a força relativa dos partidos políticos é diferente da que foi expressa nos resultados das eleições de 5 de Outubro.

A maioria da «AD» na Assembleia da República, que, pela violação do processo democrático nas eleições de 5 de Outubro, já não correspondia à opção política do eleitorado, distanciou-se ainda mais das aspirações e da vontade do povo português.

As eleições puseram em evidência que a «AD» foi e é minoritária no país e não tem autoridade para fazer aprovar na Assembleia uma legislação reacçãoária que o povo português na sua esmagadora maioria desaprova e condena.

Governo «AD» posto em causa

Os resultados das eleições presidenciais demonstram também que o governo «AD» e a sua política sofreram a condenação e rejeição da maioria esmagadora do povo português.

Na campanha eleitoral os partidos reacçãoários e os seus chefes fazendo pressão sobre o eleitorado proclamaram insistentemente que a eleição de Eanes significaria que o povo não queria a continuação do governo.

A prova está tirada. **Votando contra Soares Carneiro, o povo português votou contra o governo «AD».**

O povo contra o Governo

Sob o ponto de vista institucional é normal que o Presidente da República, tendo em conta a maioria da «AD» na Assembleia da República, abra a possibilidade da constituição de um governo «AD».

Mas depois da estrondosa derrota que a «AD» sofreu nas eleições presidenciais, a «AD» não pode, como Governo, pretender continuar a política inconstitucional, ilegal e subversiva que vinha a realizar o governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral.

As eleições presidenciais representam uma derrota estrondosa da estratégia de desestabilização, de confronto, de ilegalidade e de subversão de que era inspirador o falecido Presidente do PSD, Francisco Sá Carneiro,

acolitado pelo Presidente do CDS, Freitas do Amaral.

A estrondosa derrota da «AD» nas eleições presidenciais mostra que o povo português não está disposto a aceitar que a «AD» continue a fazer leis e a governar o país segundo um plano e um programa que foram frontalmente rejeitados nas eleições de 7 de Dezembro.

2 VITÓRIA DO PORTUGAL DE ABRIL

Os resultados das eleições presidenciais constituem uma vitória da democracia de transcendente importância na vida política nacional e têm também repercussões positivas na situação internacional.

A derrota do candidato da reacção e a vitória de Ramalho Eanes têm, como consequências imediatas, a consolidação das instituições, uma maior garantia do exercício das liberdades democráticas e da legalidade democrática, a defesa da Constituição e do regime, melhores condições para a luta do povo português.

Consolidação das instituições

Os resultados das eleições presidenciais significaram um passo importante para a consolidação das instituições.

Se as forças reaccionárias, designadamente a «AD», tivessem alcançado o objectivo da conquista partidária da Presidência da República e da consequente monopolização partidária dos órgãos do poder, poderiam destruir a curto prazo as instituições democráticas e procurar eternizar no poder um governo reaccionário.

A eleição de Ramalho Eanes, dando resposta à brutal campanha reaccionária contra o Presidente da República, reforça a independência e a interdependência dos órgãos de soberania, a possibilidade de eleições livres na base da proporcionalidade, o funcionamento regular das instituições.

Defesa das liberdades

Os resultados das eleições presidenciais significam um passo importante para a defesa das liberdades democráticas.

O que significam para a vida e para a luta do povo português os resultados das eleições presidenciais torna-se de grande evidência comparando-se a situação resultante das eleições com a situação que teria resultado duma vitória do candidato da «AD».

Se Soares Carneiro tivesse sido eleito, pesaria sobre o povo português a ameaça iminente de proibições, interdições, limitações às liberdades, perseguições e medidas repressivas.

A derrota de Soares Carneiro e a eleição de Eanes significam que o povo português continuará a viver em liberdade, que continuará a poder defender no quadro das instituições e da legalidade democrática, os seus interesses, os seus direitos, as suas conquistas.

A ameaça fascista foi, pelo menos de momento, vigorosamente afastada pelo voto popular.

Consolidação da legalidade democrática

Os resultados das eleições presidenciais significariam um passo importante para a consolidação da legalidade democrática.

Levando a Belém um militar ao serviço do plano subversivo, a «AD» pretendia montar um esquema que lhe permitiria, com a cobertura do Presidente, fazer da violação da Constituição e da legalidade uma forma sistemática de legislar e de governar.

A derrota de Soares Carneiro e a eleição de Ramalho Eanes cria uma situação mais favorável à defesa e consolidação da legalidade democrática.

Defesa da Constituição

Os resultados das eleições presidenciais significam um passo importante para a defesa da Constituição e consolidação do regime democrático que ela consagra.

Nas eleições de 7 de Dezembro o povo português, votando contra Soares Carneiro e em R. Eanes, votou no regime democrático existente.

Soares Carneiro e a «AD» incluíam no seu plano

a revisão inconstitucional da Constituição, ou por «consenso», ou utilizando inconstitucionalmente o «referendo».

Com a eleição de Ramalho Eanes está afastada a pretendida violação da exigência de dois terços dos votos dos deputados e a utilização do referendo para a revisão constitucional.

A derrota da «AD» nas eleições presidenciais e a eleição de Ramalho Eanes exprimem uma extraordinária vitalidade do espírito de Abril.

Condições mais favoráveis para a luta

Os resultados das eleições presidenciais criaram condições mais favoráveis para o prosseguimento da luta popular e democrática.

Usando as liberdades e direitos consagrados na Constituição da República, que a reacção queria e quer destruir, mas que continua e continuará em vigor, o povo português prossegue firmemente a luta em defesa dos seus interesses vitais, em defesa das conquistas de Abril e do regime democrático.

Novas perspectivas se abrem à luta da classe operária, do povo trabalhador, das forças democráticas, de todos os patriotas.

Depois de ter infligido a severa derrota à reacção, o povo português sente-se estimulado e galvanizado para intensificar e alargar a luta pela liberdade, a democracia e a independência nacional.

3 PODEROSA AFIRMAÇÃO DE CONSCIÊNCIA POLÍTICA E DE UNIDADE

Os resultados das eleições presidenciais mostram a existência de uma folgada maioria oposta ao plano e à política da «AD» e empenhada na defesa, na estabilidade e na consolidação das liberdades e do regime democrático.

Confluência da vontade democrática

A votação de 3 248 837 votos no Presidente Eanes traduz a confluência da terminação e da vontade do PS, do PCP e de sectores democráticos muito diversos que se opõem à reacção e estão com Portugal de Abril.

A votação mostra a existência de um vastíssimo e maioritário campo social e político que dá potencialmente a base de apoio para uma viragem democrática e para uma política democrática e de independência nacional.

Votando contra o candidato da «AD», o povo português afirmou a sua elevada consciência política e deu uma grande lição de unidade na luta contra a reacção e em defesa da liberdade e da Democracia.

Colapso do esquerdismo

O esquerdismo, directamente aliado aos objectivos da reacção, não conseguiu com o seu radicalismo verbal e «populista» desviar os trabalhadores e o eleitorado em geral da consciência da necessidade de derrotar o candidato da reacção e do consequente voto em Ramalho Eanes.

As eleições presidenciais significaram uma nova grande derrota da UDP e do esquerdismo em geral e o colapso do «otelismo» como corrente caudilhista. A queda da votação em Otel Saraiva de Carvalho, de 800 000 votos nas eleições presidenciais de 1976 para 80 000 votos nas eleições de 7 de Dezembro, e o facto de ter recebido menos 60 000 votos do que tinham alcançado em 5 de Outubro os partidos que o apoiaram (UDP e PSR), acusam o seu completo descrédito e um quase total isolamento.

Os resultados das eleições presidenciais traduzem o afundamento do esquerdismo com a queda vertical a nível nacional da sua influência pseudo-revolucionária, das ilusões que difunde e da actividade divisionista e anticomunista que desenvolve.

Força e possibilidades de acção comum

A votação confirmou que a influência política conjugada ou convergente do PS e do PCP está em condições de exercer influência determinante na

Centro de Documentação FUNCT

concretização de soluções democráticas para os problemas políticos nacionais e é susceptível de ampliar, e não reduzir, o apoio de massas a essas soluções democráticas.

Não acompanhando a atitude anti-Eanes do seu secretário-geral Mário Soares, atitude que favoreceu o candidato Soares Carneiro, o PS e o seu eleitorado desempenharam importante papel na derrota da reacção.

As eleições expressaram e indicam as **possibilidades reais da acção comum das forças democráticas, designadamente de comunistas e socialistas, e confirmam a justeza da política de unidade do PCP.**

Sectores democráticos não organizados

A votação confirmou ao mesmo tempo que a **arrumação das correntes e opções políticas não coincide inteiramente com as fronteiras existentes entre os partidos.**

Esta situação confirma a necessidade de uma grande abertura em direcção a todos aqueles que, seja qual for o partido a que pertencem ou pelo qual são influenciados, estão com Portugal de Abril, tendo em vista as possibilidades de acções coincidentes, convergentes ou comuns.

As campanhas eleitorais, nomeadamente a última, mostraram a **activa intervenção e a influência de numerosos democratas que não se encontram organizados nem apoiam directamente qualquer partido político.** Esta realidade da nossa vida política não pode deixar de ser tida em conta quando se considera o indispensável diálogo, cooperação e acção comum das forças democráticas.

Insucesso do anticomunismo

Os resultados eleitorais revelam que o anticomunismo primário e as suas calúnias e mentiras não encontram já tão fácil credibilidade na maioria da população.

Os resultados eleitorais desmentem o argumento anticomunista de que qualquer acção com participação ou apoio do PCP afasta outros sectores políticos. As eleições mostraram a **imperiosa necessidade de coordenação e convergência de esforços de todos os democratas e patriotas, entre os quais os comunistas constituem uma força determinante.**

4 A LUTA CONTINUA

A derrota da «AD» e de toda a reacção nas eleições presidenciais representa a derrota do plano subversivo minuciosamente preparado e começado a executar pela «AD» e que deveria conduzir à liquidação do regime democrático. Mas não significa que o objectivo que esse plano pretendia alcançar esteja abandonado e muito menos que esteja assegurada no futuro imediato uma viragem democrática na política portuguesa.

A reacção não desarma

A realização do projecto subversivo da «AD» foi interrompida. O perigo iminente foi afastado. Mas a reacção não desarma. Dispõe ainda do governo e da maioria na Assembleia da República. Embora obrigada a recuar e a rever possivelmente a sua tática, a «AD» tentará prosseguir a sua operação contra-revolucionária. Elaborará novos planos. A conspiração fascista e reaccionária com vista a um golpe de força prosseguirá também, sendo necessário manter bem viva a vigilância democrática.

O Comité Central adverte que a «AD», ao serviço do grande capital e dos latifundiários e submissa ao imperialismo, tudo fará para prosseguir a ofensiva contra os direitos dos trabalhadores, contra o nível de vida do povo, contra a Reforma Agrária, contra as nacionalizações, contra as liberdades, contra o regime democrático, contra a independência nacional.

O Comité Central alerta contra qualquer espécie de triunfalismo das forças democráticas. A eleição de Ramalho Eanes é uma grande vitória da democracia, é um acontecimento positivo e importante. Mas por si só não significa uma viragem democrática na política portuguesa.

A «AD» continua no poder

No que respeita à Assembleia da República, apesar de serem de prever dificuldades e conflitos internos na «AD», esta continua a dispor de uma maioria e procurará fazer

aprovar legislação antidemocrática e inconstitucional.

No que respeita ao governo, a «AD» fará todos os possíveis para manter no essencial a sua política, embora procurando acomodar-se à situação criada pela reeleição de um Presidente da República violenta e brutalmente combatido pela «AD», pelo seu governo e pelos seus chefes.

O Comité Central alerta contra as tentativas que sejam feitas para disfarçar com uma fachada menos agressiva e mais «dialogante» a mesma política antidemocrática, inconstitucional e subversiva do anterior governo «AD».

O Comité Central alerta também contra manobras no sentido de criar um «bloco central» na base de uma nova aliança do PS com a direita, seja com a «AD» ou com qualquer dos partidos que a compõem.

A revisão da Constituição

O Comité Central chama também a atenção para o facto de a «AD» e outras forças reaccionárias, apesar da derrota que sofreram, **insistirem já depois das eleições nos seus planos de revisão inconstitucional da Constituição.**

Apesar de o Presidente reeleito ter afirmado claramente que não aceitaria o referendo para a revisão constitucional, propagandistas da «AD» insistem na utilização do referendo claramente condenada pelo voto popular em 7 de Dezembro.

O Comité Central lembra que o PCP se opõe frontalmente à revisão inconstitucional da Constituição (que corresponderia a um autêntico golpe de Estado) e defende com firmeza que a revisão constitucional se faça dentro dos estritos limites **materiais** (princípios insusceptíveis de revisão) e **formais** (exigência de dois terços de deputados) definidos na própria Constituição.

O Comité Central expressa a prontidão do PCP para na Assembleia da República cooperar com o PS e com outros democratas com o objectivo de defender a Constituição no próprio processo da sua revisão, e alerta contra tentativas de envolver o PS em «acordos de regime» com a «AD» visando o sacrifício de quaisquer dos princípios fundamentais da democracia portuguesa.

No dia 7 de Dezembro, votando Eanes, o povo português votou com a Constituição. Qualquer programa e qualquer política deverá obrigatoriamente obedecer aos preceitos constitucionais. O PCP opor-se-á vigorosamente a qualquer tentativa da «AD» de fazer aprovar um programa inconstitucional para a acção governativa.

Linhas fundamentais de uma política imediata

Os resultados das eleições presidenciais e os gravíssimos problemas existentes na vida nacional tornam imperiosa uma política que responda no imediato a algumas linhas fundamentais, designadamente:

- a reposição da legalidade democrática em todos os sectores da vida nacional onde a «AD» e o seu governo estabeleceram situações de facto antidemocráticas;
- a defesa das conquistas democráticas consagradas na Constituição;
- a garantia plena das liberdades e direitos dos cidadãos;
- o restabelecimento do pluralismo na comunicação social;
- o melhoramento das condições de vida do povo português;
- uma política externa de independência nacional, de paz, amizade e cooperação com todos os povos sem qualquer enfeudamento a interesses estrangeiros.

Por uma nova maioria na AR por um governo democrático

Só a substituição do governo «AD» e da maioria da «AD» na Assembleia da República, só uma maioria democrática na Assembleia e a formação de um governo democrático, com uma política democrática, assegurará a **defesa das conquistas do povo português e a efectiva consolidação da democracia.**

Uma nova maioria na Assembleia e um novo governo, que correspondam à vontade democrática do povo português expressa nas eleições de 7 de Dezembro, são desde agora objectivos políticos do movimento operário popular, de todas as forças democráticas e patrióticas.

Luta consequente, firme e confiante

Uma viragem democrática exigirá uma luta consequente, firme e confiante, no quadro das instituições, do regime, da legalidade democrática.

Ao mesmo tempo que actuará na Assembleia da República, junto dos outros órgãos de soberania, nos órgãos do poder local, o PCP exercerá todas as liberdades e direitos consagrados na Constituição, para dar combate à reacção e para assegurar a defesa e o prosseguimento do regime democrático.

As eleições presidenciais traduziram no plano específico do voto **uma gigantesca acção de massas em defesa do regime democrático.**

A luta e a intervenção directa das massas na vida política, social e económica continuam a ser o factor determinante das transformações e da evolução social.

Reforço dos movimentos unitários

O Comité Central salienta a **necessidade do urgente reforço orgânico, da mobilização e da dinamização de todos os movimentos de massas:** do movimento sindical unitário em volta da CGTP-IN cujo papel é decisivo na defesa dos interesses dos trabalhadores e das conquistas democráticas; das outras estruturas unitárias de defesa dos interesses dos trabalhadores, designadamente das Comissões de Trabalhadores e seus órgãos de coordenação; dos movimentos dos pequenos e médios agricultores e rendeiros, já hoje com grandiosa expressão nacional; do movimento da juventude que, nas eleições presidenciais, comprovou estar com a democracia e desfez a falsa ideia de ter sido ganha pela reacção; do movimento das mulheres, que constitui uma ampla e vigorosa frente de combate; dos movimentos dos reformados e dos deficientes e de todas as outras formas de organização unitária de massas.

A par da unidade dos democratas e patriotas, o desenvolvimento dos movimentos unitários e das acções de massas, constituem um factor essencial para a derrota definitiva da reacção e para conseguir finalmente uma viragem democrática na política portuguesa.

5 REFORÇO DO PCP PARA A CONSOLIDAÇÃO DA DEMOCRACIA

As eleições presidenciais confirmaram o papel do PCP na vida política nacional como força necessária, indispensável e insubstituível para a defesa e consolidação das liberdades, do regime democrático e para a solução dos problemas nacionais.

Extraordinária vitória política

O PCP fez o apelo ao voto em Ramalho Eanes porque era o único candidato em condições de derrotar o candidato da reacção e de defender na Presidência o regime democrático. Entretanto, o Presidente eleito não tem um programa nem uma actuação política que correspondam à orientação e objectivos do PCP. Por isso **os resultados das eleições presidenciais não representam uma vitória eleitoral do PCP.**

Não constituindo uma vitória eleitoral do PCP, **os resultados das eleições presidenciais constituem, entretanto, uma extraordinária vitória política do PCP de profundas repercussões na vida nacional.**

A correcção da linha do Partido

As eleições presidenciais e os seus resultados constituem uma comprovação da justeza da linha política e da tática do PCP na luta contra a reacção e para a defesa dos interesses dos trabalhadores, das conquistas da revolução, do regime democrático, da independência nacional.

O PCP definiu com correcção o perigo principal — uma eventual vitória do candidato da «AD» Soares Carneiro — e a necessidade imperiosa de concentrar todos os esforços e todas as forças para afastar esse perigo.

O PCP foi a única grande força política que desmascarou frontalmente a candidatura da «AD» e a personalidade do seu candidato, que fascistas, reaccionários, alguns dirigentes socialistas e esquerdistas procuraram apresentar como um «democrata».

O PCP enfrentou com coragem a luta para derrotar o candidato da reacção, apontou o único candidato em condições de derrotá-lo apesar das fortes reservas à sua política, apresentou um candidato próprio à Presidência da República para conduzir uma campanha de esclarecimento e de mobilização, e deu assim uma contribuição importante para a estrondosa derrota de Soares Carneiro.

O PCP apontou os perigos do esquerdismo, do seu radicalismo verbal e das suas ilusões, o seu papel divisionista e o perigo do voto nos candidatos esquerdistas.

A candidatura do PCP — — esclarecimento e mobilização

O PCP travou com sucesso, em condições particularmente complexas, a batalha pelo esclarecimento e a consciencialização política das massas e a mobilização do eleitorado e, combatendo a abstenção e o voto branco, soube apontar oportunamente a perspectiva da derrota de Soares Carneiro logo à primeira volta.

Os factos mostraram que foi absolutamente justa a apresentação do candidato do PCP, camarada Carlos Brito (cuja justa escolha e valiosa actuação na campanha o Comité Central sublinhou) a desistência antes do acto eleitoral do dia 7 de Dezembro e o apelo ao voto em Ramalho Eanes.

Após os resultados eleitorais, as forças reaccionárias e os meios de comunicação social procuram silenciar o papel do PCP, numa nova demonstração dos processos antidemocráticos dos partidos que detêm o poder, das suas apreensões e do seu receio ante a força e a influência crescentes do PCP.

O papel decisivo e o reforço do PCP

Na situação mais favorável criada pela derrota da «AD» e das forças reaccionárias em geral nas eleições presidenciais, o PCP continua a desempenhar decisivo e indispensável papel para desmascarar e impedir novas manobras da «AD», para cortar definitivamente o passo aos planos subversivos da reacção, para a completa derrota das forças reaccionárias, para a defesa e consolidação do regime democrático.

O reforço do PCP é do interesse do povo, do regime democrático, da independência do país.

O Comité Central considera que a derrota da reacção, a consolidação do regime democrático resultante das eleições presidenciais, e a vitória política alcançada pelo PCP, **criam condições favoráveis para o reforço do Partido em todos os aspectos da sua actividade.**

O Comité Central resolveu realizar no mês de Janeiro uma nova reunião plenária onde serão examinados os problemas do reforço e do desenvolvimento do Partido na nova fase da vida política nacional iniciada com as eleições do dia 7 de Dezembro.

A força e influência de massas do PCP é um factor de importância primordial para a vida democrática e para o futuro de Portugal.

A democracia portuguesa acaba de enfrentar vitoriosamente um momento de graves dificuldades e sérios perigos.

Ao aplicar uma severa derrota à reacção nas eleições presidenciais, o povo português mostrou uma vez mais que o 25 de Abril ganhou raízes profundas na sociedade portuguesa e na vida nacional.

A vigorosa determinação democrática e antifascista com que o povo português acaba de fazer frente corajosamente à ameaça do regresso ao passado fascista, constitui um poderoso motivo de confiança no futuro da liberdade e da democracia em Portugal.

Com a luta dos trabalhadores, com a unidade das forças democráticas, com a vontade e a acção de todos os cidadãos de sentimentos antifascistas, o povo português abrirá caminho para novas vitórias sobre a reacção e acabará por conquistar a formação de um governo democrático e a realização de uma política democrática que, correspondendo às grandes aspirações populares e aos interesses nacionais, salvasse as conquistas de Abril, defenda o regime democrático, garanta o bem-estar dos portugueses e o progresso e independência de Portugal.

11/12/80

O COMITÉ CENTRAL
DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

SIP do PCP